

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

- Balanço patrimonial não presta para fins de licitação; - Proposta inicial acima do valor máximo permitido; - Certidão negativa de débitos estaduais vencida; - Certidão negativa de débitos municipais vencida; - Certidão de regularidade do FGTS vencida; - Certidão de falência, concordata e recuperação judicial vencida; - Pregoeiro deu prazo de 4 horas, no dia 23/11 às 09:56 para licitante apresentar proposta atualizada, porém apresentou dia 24/11 às 08:11, fora do prazo.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Sr. Pregoeiro

A habilitação da empresa Field Comércio e Importação LTDA deve ser recusada pelos fatos e fundamentos a seguir expressos:

DO BALANÇO PATRIMONIAL

A Licitante apresentou um Balanço de abertura que é insuficiente para suprir a exigência da Lei de Licitação. Envia o consulente uma cópia de balanço de Abertura com apenas um lançamento (integralização de capital social).

O balanço de abertura não se presta para os fins de licitação pois não é possível a verificação da qualificação econômico-financeira dos licitantes a qual deve ser aferida, entre outros documentos, mediante a análise do "balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social e não de abertura para que seja comprovado a boa situação financeira da empresa. conforme dispõe art. 31, inc. I, da Lei de Licitações, o art. 1.065 e 1.179 do Código Civil.

A apresentação do balanço de abertura não é suficiente para comprovar a boa capacidade financeira da empresa e portanto não se presta para fins de licitação e sua apresentação se validada pelo órgão de licitação é passível de contestação na forma do edital.

Assim tal documento não pode ser aceito.

DA PROPOSTA COMERCIAL COM VALOR ACIMA DO MÁXIMO PERMITIDO

De acordo com o termo de referência o valor máximo do item 01 é de R\$ 4.562,70. A licitante apresentou proposta no valor de R\$ 5.000,00.

De acordo com o item 10.3 do edital não serão aceitas propostas com o valor superior ao orçado pela Codevasp.

Desta forma a proposta inicial da licitante não poderia ter sido aceita.

DAS CERTIDÕES VENCIDAS

A licitante apresentou diversas certidões com prazo de validade vencido, sendo:

- Certidão negativa de débitos estaduais com validade até 26/08/2020.
- Certidão de falência, concordata e recuperação judicial com validade até 27/10/2020.
- Certidão de regularidade do FGTS com validade até 24/09/2020.
- Certidão negativa de débitos municipais com validade até 28/10/2020.

PROPOSTA COMERCIAL EM DESACORDO COM EDITAL

De acordo com item 10.10 do edital a proposta comercial deve contar com os dados do proprietário da empresa, o que não ocorreu.

Na proposta também não está expresso o prazo de entrega.

Ainda a proposta da licitante não tem o prazo de validade expresso.

Frases como de acordo com o edital não devem ser aceitas.

ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL ATUALIZADA FORA DO PRAZO ESTABELECIDO PELO PREGOEIRO

O pregoeiro deu prazo de 4 horas no dia 23/11/2020 às 09:56 para a licitante apresentar proposta atualizada de acordo com seu último lance no pregão, porém a licitante apresentou apenas dia 24/11/2020 às 08:11, desta forma, fora do prazo.

Assim este documento não pode ser admitido neste certame.

DOS PEDIDOS

Seja a licitante Field Comércio e Importação LTDA declarada inabilitada.

Seja convocado o próximo licitante convocado.

Fecchar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Prezados Srs,

Em primeiro, todas as nossas certidões estão atualizadas e, assim que forem vencendo, vamos atualizando normalmente, como todos fazem quando as suas certidões vencem...

Com respeito ao nosso balanço, acreditamos que com certeza podemos cumprir com o solicitado no certame, até mesmo porque não é, e nunca foi nossa intenção fraudar uma licitação. Até mesmo porque se não entregarmos os produtos solicitados, não vamos receber! E pior ainda, seremos penalizados pela instituição. Temos plena ciência do edital o edital pede e vamos cumpri-lo.

Com respeito aos valores entra a pergunta: Se o nosso concorrente tinha como atender a instituição com valores menores que o nosso, porque não o fizeram na fase de lances?

Enfim, Sr pregoeiro e demais, podem ficar a vontade para consultar nossas certidões no SACAF.

Estamos a disposição para maiores esclarecimentos, se necessário.

Att

Fiel Comercio e Importação Ltda

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

REGISTRO INTENÇÃO DE RECURSO, POIS A BALANÇA OFERTADA PELA EMPRESA MARTE MODELO LS150 NAO POSSUI INDICADOR DE CARGA DA BATERIA PORTANTO DESATENTE ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF

Pregão nº 022/2020

K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, estabelecida à Rua: Marechal Mascarenhas de Moraes nº. 88, sala A, nesta cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ. nº 21.971.041/0001-03 e Inscrição Estadual nº 177.338.790.110, por intermédio de sua representante legal, representado pela Sra. procuradora KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI, portadora do documento de identidade RG: 27.601.293-8 SSP/SP e CPF: 277.277.558-50, infra-assinada, vem respeitosamente á presença de V.SRA., vem, respeitosamente, à presença de V.SRA., não se conformando, data venia, com a decisões proferida pela Douta Comissão de Licitação que não desclassificou a empresa MARTE EQUIPAMENTOS no item 02. interpor em tempo hábil

RECURSO ADMINISTRATIVO,

com fundamento no art. 109 inc. I, alinea "b" da Lei 8666/93.

Não andou com o costumeiro acerto a Comissão de Julgamento desta Licitação, uma vez que não desclassificou a empresa MARTE EQUIPAMENTOS em total afronta ao disposto no edital e na lei nº 8.666/93, senão vejamos:

O presente Pregão foi aberto possuindo o seguinte objeto:

OBJETO: Fornecimento, transporte, carga e descarga de materiais, equipamentos e veículos destinados à implantação de ações de pesca e aquicultura em diversos municípios localizados na área de atuação da localizados na área de atuação da Codevasf, no Estado do Pará, conforme descrito abaixo:

Ocorre que a empresa recorrida está em desconformidade a exigências do edital para os equipamentos, vejamos:

Para o item 02 são feitas as seguintes exigências:

Balança Plataforma Digital Capacidade mínima de 150 Kg, divisão 50 g, eixo inox, com coluna, gabinete de plástico injetado, com indicação de sobrecarga, com bateria com indicador de carga, backlight e alimentação 110 e 220 volts. Garantia: 12 meses

FRISA-SE

com bateria com indicador de carga,

Ocorre que o equipamento ofertado MARCA MARTE não atende ao edital.

A recorrida ofertou balança da marca Marte modelo LS150, o qual não possui indicador de carga da bateria, conforme explanado pelo próprio setor de vendas da fabricante:

PRINT. ABAIXO E ANEXO (ENVIADO POR EMAIL.)

De: Nathalia

Enviado em: terça-feira, 24 de novembro de 2020 14:55

Para: Karen - Stanicosmeticos

Assunto: Re: [Spam] RES: Orçamento 083053 Re: Fale Conosco

Olá Karen, uma ótima tarde...

Informo que o equipamento não conta com indicador de carga, quando a carga esta acabando a mesma apresenta oscilação na luz de display.

Qualquer duvida estou a disposição.

Atenciosamente,

Nathalia Calmon Gonçalves
Consultora de Vendas
Divisão PesagemFone: 11 3411 4500
Logo o edital não é atendido conforme determinado

Assim, a empresa recorrida deveria ter sido desclassificada nos termos do tópico 2.5 do edital conforme abaixo:

2.5 O licitante que não atender às Especificações Técnicas estabelecidas terá sua proposta desclassificada mesmo tendo sido habilitado no que diz respeito à documentação.

Houve violação flagrante do princípio de vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia entre os licitantes.

A Lei de Licitações versa que a proposta que desviar do pedido do edital deverá ser desclassificada de acordo com o inciso I do artigo 48 da Lei 8666/93 (modalidades tradicionais), inciso X do artigo 4 da Lei 10520/2002 e § 2 do artigo 22 do Decreto 5450/2005 (modalidade pregão), que regram respectivamente:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I – as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;
X – para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

A proposta apresentada pela empresa arrematante foi efetivada com recurso copiar e colar, portanto sabe-se que é obrigação do pregoeiro ficar atento e desclassificar propostas que não atendem ao edital; o pregoeiro é parte essencial e não pode ser esquivar de cumprir a lei 8666/93:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

....

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

....

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

Ainda o DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 que estabelece:

Conformidade das propostas

Art. 28. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

Observe o que ressalta o mestre Hely Lopes Meirelles: "A proposta que se desviar do pedido ou for omissa em pontos essenciais é inaceitável, sujeitando-se à desclassificação" (in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 157)

Novamente, com sapiência, Hely Lopes Meirelles ensina:

"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora." (in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39)

Este princípio tem por objetivo que a Administração bem como os licitantes não se afastem dos ditames fixados no ato convocatório.

Assim segue decisão do TCU em que aplica multa aos gestores posto que contratou e aceitou produto inferior ao estabelecido em edital:

GRUPO I – CLASSE VI – 1ª CÂMARA

TC 011.790/2014-8

Natureza: Representação

Órgão/Entidade: Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional

Responsáveis: Jamile de Sales Branco Antunes (996.332.561-00); Luciana Malamin Correia (015.913.039-58)

Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546); Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885); Mariah Alves C. dos Santos (OAB/DF 37.213); Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669); Alícia da Rocha Silva (OAB/DF 11.784); e outros (peças 4, 43; e 44).

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE PRODUÇÃO DE VÍDEO EM RESOLUÇÃO ULTRA HD 4K. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVAS ADEQUADAS PARA A ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO EM 4K. POSTERIOR ACEITAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM FORMATO FULL HD, CONTRARIANDO O DISPOSTO NO EDITAL. AUDIÊNCIA. REJEIÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS. MULTA.

Importa transcrever o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA DO TIPO MENOR PREÇO. ATENDIMENTO ÀS REGRAS PREVISTAS NO EDITAL. PRODUTO COM QUALIDADE SUPERIOR À MÍNIMA EXIGIDA.

1. Tratando-se de concorrência do tipo menor preço, não fere os princípios da isonomia e da vinculação ao edital a oferta de produto que possua qualidade superior à mínima exigida, desde que o gênero do bem licitado permaneça inalterado e seja atendido o requisito do menor preço.

2. Recurso ordinário não-provido

(STJ MS 15817 RS 2003/0001511-4, 2ª T., rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 03.10.2005 p. 156)

Em recente manifestação o Tribunal de Contas da União decidiu:

É admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, na hipótese em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, não tiver havido prejuízo para a competitividade do obtido revelar-se vantajoso para a administração

Representação formulada por empresa noticiou supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 21/2011, conduzido pelo Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro – COMRJ, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento de macacão operativo de combate para a recomposição do estoque do Depósito de Fardamento da Marinha no Rio de Janeiro. A unidade técnica propôs a anulação do certame fundamentalmente em razão de a proposta vencedora ter cotado uniformes com gramatura superior à da faixa de variação especificada no edital (edital: 175 a 190 g/m²; tecido ofertado na proposta vencedora: 203 g/m²), o que deveria ter ensejado sua desclassificação. O relator, contudo, observou que o tecido ofertado “é mais ‘grosso’ ou mais resistente que o previsto no edital” e que o COMRJ havia reconhecido que o produto ofertado é de qualidade superior à prevista no edital. A esse respeito, anotou que a Marinha do Brasil está habilitada a “emitir opinião técnica sobre a qualidade do tecido”. Levou em conta, ainda, a manifestação do Departamento Técnico da Diretoria de Abastecimento da Marinha, no sentido de que o produto atenderia “à finalidade a qual se destina, tanto no que se refere ao desempenho, quanto à durabilidade”. Noticiou ainda que a norma técnica que trata desse quesito foi posteriormente alterada para admitir a gramatura 203 g/m² para os tecidos desses uniformes. Concluiu, então, não ter havido afronta ao interesse público nem aos princípios licitatórios, visto que o procedimento adotado pela administração ensejará a aquisição de produto de qualidade superior ao desejado pela administração contratante, por preço significativamente inferior ao contido na proposta da segunda classificada. Ressaltou também a satisfatória competitividade do certame, do qual participaram 17 empresas. E arrematou: “considero improvável que a repetição do certame com a ínfima modificação do edital (...) possa trazer mais concorrentes e gerar um resultado mais vantajoso ...”. O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator, decidiu julgar parcialmente procedente a representação, “em face da verificação de apenas de falhas formais na condução do Pregão Eletrônico 21/2011, que não justificam a sua anulação”. Acórdão 394/2013-Plenário, TC 044.822/2012-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 6.3.2013.

OCORRE QUE O PRODUTO OFERTADO E ACEITO É INFERIOR AO EXIGIDO PELO EDITAL, PORTANTO TAL ACEITAÇÃO IMPLICARIA EM PREJUÍZOS AO ERÁRIO E FERE O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, LEGALIDADE, IGUALDADE, ATÉ PORQUE VARIAS EMPRESAS PODERIAM TER DO PREGAO PARTICIPADO E OFERTADO ENTAO O PRODUTO DE QUALIDADE INFERIOR AO EXIGIDO NO EDITAL E QUE POSSUI PREÇO MAIS ACESSIVEL, DANDO MAIS MARGEM NA COMPETIÇÃO/DISPUTA.

A LEI É CLARA O ACEITE DE PRODUTO DIVERSO DO EDITAL SOMENTE PODE OCORRER SE COMPROVADO QUE O MESMO É SUPERIOR AO EXIGIDO EM EDITAL. ASSIM PERGUNTO:
PRODUTO SEM O RECURSO DE INDICADOR DE CARGA DE BATERIA É SUPERIOR A UM PRODUTO COM O RECURSO DE INDICADOR DE CARGA DE BATERIA?/

SE ESSA BALANÇA DE QUALIDADE INFERIOR É ACEITAVEL ENTÃO O EDITAL DEVE SER REFORMULADO A PERMITIR A AMPLA PARTICIPAÇÃO DE CONCORRENTES QUE PODEM ATENDER AS CARACTERÍSTICAS EXIGIDAS NO NOVO EDITAL, MAS ALTERAR AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO/ITEM APÓS A FASE DE LANCES/DISPUTA PARA ACEITAR PRODUTO DE CARACTERÍSTICAS INFERIOR É UMA ILEGALIDADE SUJEITA A MULTA DO TCU CONFORME JULGADOS APRESENTADOS NESTE RECURSO.

A licitação é “o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 236.).

Para desenvolver tal mister, é necessária a observância de diversos princípios, um deles do da vinculação ao instrumento convocatório.

Pois bem. O princípio da vinculação ao instrumento vinculatório aduz que, uma vez nele estabelecidas as regras

do certame, elas devem ser cumpridas, em seus exatos termos.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
[grifos acrescidos]

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro (PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.)

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.)

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.

Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Isso sem contar a necessidade de perpetuação de tal vinculação durante toda a execução do contrato.

Como bem destaca Fernanda Marinela (MARINELA DE SOUSA SANTOS, Fernanda. Direito Administrativo. Salvador: Juspodivm, 2006, p. 264.), o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei. [grifos acrescidos]

No mesmo sentido, ensinam Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (ALEXANDRINO, Marcelo, e VICENTE, Paulo. Direito Administrativo. 13ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007, p. 410):

A vinculação da Administração aos estritos termos do edital de convocação da licitação é exigência expressa do art. 41 da Lei nº 8.666/1993. Esse artigo veda à Administração o descumprimento das normas e condições do edital, "ao qual se acha estritamente vinculada".

Logo em seguida, a Lei assegura a qualquer cidadão o direito de impugnar o edital de licitação por motivo de ilegalidade.

Segundo Hely Lopes Meirelles, o edital "é lei interna da licitação" e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. [grifos acrescidos]

Demais disso, as Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos são bastante elucidativas no que se refere à necessidade de vinculação não só do certame, mas também do próprio contrato e de sua execução ao instrumento convocatório:

Abstenha-se de aceitar propostas de bens com características diferentes das especificadas em edital, em respeito ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, consoante o art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 932/2008 Plenário

Faça constar dos termos de contratos cláusula que estabeleça sua vinculação ao edital de licitação, conforme o art. 55, XI, da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 2387/2007 Plenário

Observe a obrigatoriedade de vinculação entre o edital e o contrato prevista no art. 41 da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 286/2002 Plenário

Abstenha-se de modificar, mediante tratativas com as empresas participantes do certame, a natureza e as características do objeto licitado, em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecido no art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 3894/2009 Primeira Câmara

[grifos acrescidos]

Por derradeiro, importante salientar que, em se tratando de norma constante de Edital, deve haver vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de afronta ao próprio princípio da segurança jurídica. Do contrário, seriam permitidas inúmeras alterações dos critérios de julgamento e da própria execução de seu objeto, perpetuando-se total insegurança de seus termos.

Portanto, é forçoso concluir que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório tem extrema importância, na medida em que além de impor que as normas nele estipuladas devem ser fielmente observadas pela Administração e pelos administrados, assegura o cumprimento de inúmeros outros princípios atinentes ao certame: transparência, igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade, probidade administrativo, julgamento objetivo e segurança jurídica.

Demais disso, tal princípio evita qualquer burla às normas fixadas no instrumento convocatório durante a execução do contrato por aquele que logrou êxito no certame.

Isso sem contar que, com regras claras e previamente estipuladas, é perfeitamente possível a qualquer cidadão fiscalizar seu efetivo cumprimento.

Desse modo, demonstrada a importância do princípio, observa-se que o mesmo não foi observado, devendo, portanto, todos os atos posteriores serem remidos.

Cumprir destacar que é notória a finalidade principal de um certame licitatório, onde o que se busca é a escolha da proposta comercial mais vantajosa para a Administração Pública.

Assim, evitando uma contratação irregular e temerária, propensa a causar prejuízo ao erário, a Lei 8.666/93 que rege tal ato, traz em seu bojo todas os parâmetros necessários para que não haja exclusão ou indiferenças de nenhum dos participantes.

As regras devem ser respeitadas e cumpridas pelo Órgão Licitante, sem qualquer discricionariedade. As licitações não possuem espaços para alterações das regras sem o devido comunicado prévio aos concorrentes, utilizando a mesma forma de publicação do próprio Edital, para que todos tenham a ciência da alteração e possam providenciar o necessário.

Ora, os atos administrativos estão vinculados à legislação por força do princípio da legalidade estampado na Constituição Federal, segundo o qual A administração quando da elaboração e julgamento da Licitação, deve respeitar as normas estabelecidas na Constituição Federal e Lei 8666/93.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da

proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Sendo assim, se não há imposição legal ou prática que dê amparo à exigência, realizá-la afrontará ao supracitado princípio da legalidade, segundo o qual — repita-se — “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (Art. 5º, inc. II, da Constituição Federal).

Ou seja, somente é admissível e lícita a exigência prevista pela Lei e que seja indispensável para garantir a execução do objeto, razão pela qual qualquer exigência que extrapole o limite definido pela Constituição Federal deverá ser rechaçada, uma vez que, injustificadamente, frustrará a competição, impedindo a participação de muitas pessoas capazes de executar o objeto, o que também afronta o seguinte dispositivo da Lei 8.666/1993:

Art. 3º ...

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Nesta esteira, cabe transcrever a elucidativa lição do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, ao traçar os parâmetros da aplicação prática do supracitado princípio, in Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editores, 14ª ed., 2002, págs. 474/475, que leciona:

“O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia, é o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório...” (g.nosso).

Os princípios norteadores da Licitação estão elencados no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição federal, resta suficientemente comprovado o desrespeito por vários deles como IGUALDADE E ISONOMIA, LEGALIDADE E PUBLICIDADE.

Segundo Celso Antonio Bandeira de Mello “firma a tese de que não se pode desenvolver qualquer espécie de favoritismo ou desvalia em proveito ou detrimento de alguém. Há de agir com obediência ao princípio da impessoalidade. [...] O princípio da isonomia da Administração não necessita para seu fundamento, da invocação de cânones de ordem moral. Juridicamente se estriba na convincente razão de que os bens manipulados pelos órgãos administrativos e os benefícios que os serviços públicos podem propiciar são bens de toda comunidade, embora por ela geridos, e benefícios a que todos igualmente fazem jus, uma vez que os Poderes Públicos, no Estado de Direito, são simples órgãos representantes de todos os cidadãos”.

E continua lecionando que Princípio da Isonomia nos processos licitatórios:

“o princípio da isonomia (igualdade) implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o §1º do art. 3º da Lei n.º 8.666/1993, proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório e veda o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes, bem como entre empresas brasileiras ou estrangeiras, ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato”. (grifei).

É de suma importância que o Princípio da isonomia seja trabalhado no decorrer do processo licitatório e não somente antes do mesmo. Depois de editado o ato convocatório, o Princípio da Isonomia continua aplicável. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação.

A isonomia deve ser pilar de todo o processo licitatório tanto durante o ato convocatório, que é aberto a todos, dentre os quais serão selecionados os que se enquadram nas características necessárias, exceto aqueles que por ato anterior estejam impossibilitados de participar, e na fase seguinte do processo, sendo que o julgamento das propostas deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados no ato convocatório, desde que não contrariem a legislação vigente, sem qualquer influência subjetiva, ou preferência dos julgadores também nessa fase.

Entendemos que a licitação pública não visa atender os interesses dos particulares, mas sim sempre à satisfação do interesse público, proporcionando à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso e simultaneamente ASSEGURAR AOS CONCORRENTES A OPORTUNIDADE DE CONCORREREM, EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES, À CONTRATAÇÃO PRETENDIDA PELA ADMINISTRAÇÃO. Sucintamente, Hely Lopes

Meirelles cita:

"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse".

Ademais, por se constituir "lei" interna do certame, o edital "vincula inteiramente a Administração e os proponentes" (apud Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 20ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 1995, pag. 260), não podendo ser descumprida as normas e condições do mesmo, conforme estabelecido no artigo 41 da Lei 8.666/93.

O ilustre administrativista José Cretella Júnior, em obra intitulada "Das Licitações Públicas", 4ª edição, Editora Forense, pág. 103, destaca o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos seguintes termos:

"Elemento ou documento fundamental da licitação, que não só assegura o requisito da publicidade, peculiar ao ato administrativo, como também vincula a Administração e administrados - concorrentes, ao que nele se prescreveu - se o edital, instrumento convocatório vinculatório.

Peça básica do procedimento concorrential ou licitatório funciona como sua lei interna, que traça as diretrizes dos interessados em todos os momentos ulteriores"

Deveras, crucial é que toda licitação deve ser julgada de forma objetiva e justa, apoiando-se, para tanto, em fatores concretos e admissíveis solicitados pela Administração e pela Lei 8666/93, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido. Nesse sentido a Lei 8666/93 em seu art. 44 determina:

Art. 44 No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Art. 82 Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

A lei infraconstitucional estabelece que:

Art. 90 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Trata-se de, ou seja, eis uma grave demonstração de inobservância da Administração Pública à MORALIDADE, conforme destaca o Respeitável Doutrinador Fabrício Motta:

Por isso, a Administração não pode evadir-se simplesmente das regras que ela mesmo determinou e às quais aderem os candidatos. O princípio da moralidade, neste momento encarado sob o aspecto da confiança recíproca e da boa fé, exige da Administração postura de respeito aos parâmetros previamente definidos no instrumento, que é o vínculo entre Poder Público e candidatos. (in Concurso Público e a confiança na atuação Administrativa: Análise dos Princípios da Motivação, Vinculação ao Edital e Publicidade. Em Concurso Público e Constituição. pg. 148)

Afinal, a Administração Pública está adstrita aos Princípios da Moralidade, Confiança, Boa Fé e da Impessoalidade, que devem estar presentes em todo e qualquer ato administrativo.

Mas não bastasse a inequívoca ilegalidade que macula o ato administrativo, o ato impugnado carece da devida MOTIVAÇÃO, requisito necessário à validade do ato.

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável para conferir ISONOMIA entre os administrados, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todoEd. Fórum, 2005s os princípios constitucionais e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar.A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado..." (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. . Pg.92)

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade na gestão pública deve ser rechaçado pelo Poder Judiciário – como no presente caso, em que Afinal, tem-se que ter sempre em mente a principal finalidade do, sobre esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera: (...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há

que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), com a destinação pública própria (princípio da finalidade), com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e rendimento funcional (princípio da eficiência). Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado. (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716)

No mais, a eventual manutenção da habilitação/classificação da empresa recorridas (que não atendem ao edital conforme suas especificações) será um erro cometido pela administração pública, uma ilegalidade.

Vale ressaltar que se não ocorrer o deferimento do recurso, a empresa KCRS restará o direito de requerer na justiça a qualquer tempo indenização por perdas e danos (responsabilização da administração por erro cometido neste pregão), sendo que para evitar a medida judicial e evitar a responsabilização da administração é que a empresa vem por meio deste recurso solicitar na via administrativa a revisão da decisão de desclassificação para que a administração possa revê-los, identificar erro(ilegalidade) e corrigi-lo.

Assim, não restam dúvidas de que a licitante MARTE EQUIPAMENTOS no item 02 deve ser DESCLASSIFICADA respectivamente visando manter a licitude e a legalidade do presente certame. Mantendo a classificação de uma licitante que não observou as exigências do Edital, estará ferindo quase todos os princípios básicos consagrados pelo art. 3º da lei de certames: da legalidade, isonomia, e, notadamente, da vinculação ao instrumento convocatório.

Diante do exposto, requer se digne a Ilustre Comissão Julgadora a proceder o reexame da classificação da empresa MARTE EQUIPAMENTOS no item 02 uma vez que a mesma não atende as especificações COMPLETAS do edital, atribuindo provimento ao presente RECURSO ADMINISTRATIVO, afastando todos os atos praticados em desconformidade com a Lei, ou, fazê-lo subir, devidamente, informado à Autoridade Superior, nos termos do § 4º do art. 109 da Lei Federal 8666/93 e suas alterações, como MEDIDA DE JUSTIÇA, evitando assim impetração de Mandado de Segurança e Representação junto ao Tribunal de Contas E AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS.

,
Nesses termos,
pede deferimento.

Araçatuba/SP, 07 de dezembro de 2020

K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP
KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI
PROCURADORA/REPRESENTANTE LEGAL
CPF: 277.277.558-50 RG: 27.601.293-8 SSP/SP

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Prezados Senhores! em resposta ao recurso interposto por tal empresa, informo que a balança possui sim indicador de bateria, conforme consta na pagina 6, item 5: da utilização da balança, tem 5 imagens do display... ali consta a informação "bat" que é indicação da bateria e além disso, quando a bateria está fraca o display começa a piscar. Se for necessário a Marte apresenta amostra do produto. Quanto ao questionamento enviado via site a mesma se identificou como "Karen - Stanicosmeticos" e realmente para esta área (cosmeticos) não sai, pois, eles não utilizam este tipo de balança, utilizam balança de precisão e balança analítica.

<http://www.marte.com.br/download-manuais/>

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Manifestamos intenção de recursos, pois a empresa vencedora não atendeu as exigências do edital para o seu fornecimento. além do patrimônio líquido inferior ao permitido do valor total, não comprovou a veracidade do atestado técnico com a nota fiscal eletrônica, além do contrato não ter sido reconhecido firma, e sua assinatura possível divergência.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DESIGNADO PARA REALIZAR O PREGÃO ELETRÔNICO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – SECRETARIA DE LICITAÇÕES – PR/SL – CODEVASF.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/2020
(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP) - MENOR PREÇO
PROCESSO N.º 59500.1208/2020-18

OBJETO: Fornecimento, transporte, carga e descarga de materiais, equipamentos e veículos destinados à implantação de ações de pesca e aquicultura em diversos municípios localizados na área de atuação da CODEVASF, no Estado do Pará - PA.

NASA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.723.567/0001-57, com sede constituída na Rua Léllis Piedade, N.º. 322, no Bairro da Ribeira, Salvador-Bahia, CEP: 40.420-190, endereço eletrônico: nasacsc@gmail.com, neste ato representada por sua atual sócia administradora, Sra. MARICÉLIA DE JESUS SILVA SANTOS, portadora do RG nº. 690796170, SSP/BA e do CPF/MF nº. 791.677.305-82, casada, brasileira, residente e domiciliada na Rua Jorge Góes Mascarenhas, nº. 9, Salvador - BA, CEP: 40. 415-115, Tels.: (71) 3491 - 8901, (71) 99975-0949, vem, respeitosamente perante à presença de Vossa Senhoria, apresentar tempestivamente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão que declarou a empresa IMPERIOGN COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - ME vencedora no certame em apreço e o faz pelos motivos fáticos e jurídicos abaixo aduzidos:

DOS FATOS

A recorrente, assim como a recorrida, disputou o certame ciente das exigências contidas no edital, detidamente no que dizia respeito ao atestado de capacidade técnica e conforme se pode observar, compulsando os autos do processo licitatório referenciado, existem fortes indícios de falta de veracidade no atestado, bem como no contrato particular de fornecimento de materiais apresentado pela empresa recorrida a IMPERIOGN COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - ME .

Senão vejamos:

O atestado de capacidade técnica serve para comprovar que determinada empresa possui a competência e a expertise para fielmente cumprir o objeto do edital.

O sobredito documento tem por finalidade comprovar junto ao Ente público que determinada empresa de fato apresenta experiência e perícia necessárias à execução do contrato.

Sendo o atestado de capacidade técnica emitido por Ente público, não existe a necessidade legal de comprovação de sua veracidade, uma vez que, todo Órgão público, dada a sua natureza jurídica, possui FÉ PÚBLICA, sendo seus atos e documentos, por esta razão, dispensados de comprovação de veracidade jurídica.

Contudo, no que tange ao atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado, a conduta a ser adotada obrigatoriamente deve ser outra, uma vez que empresas privadas não possuem FÉ PÚBLICA, por não serem Entes públicos, razão pela qual todos os cuidados devem ser adotados para averiguar a veracidade das informações ali contidas, a fim de evitar possíveis fraudes à licitação.

Assim é que, o atestado de capacidade técnica emitido por empresa privada deve indiscutivelmente trazer no bojo do seu conteúdo características, informações e demais documentos capazes de atestar a veracidade das informações nele contidas, tais como:

- 1 – Deve ser emitido em papel timbrado;
- 2 – Deve ser assinado pelo responsável da empresa;

- 3 - Deve conter detalhes acerca da entrega do produto;
- 4 - Deve informar o tempo de duração do fornecimento;
- 5 - Deve informar quantidades e especificidades do produto;
- 6 - Deve informar se foi bem executado;
- 7 - E FINALMENTE E PRINCIPALMENTE DEVE INFORMAR O NÚMERO DA NOTA FISCAL DOS PRODUTOS FORNECIDOS, BEM COMO APRESENTAR ANEXADO AO ATESTADO EM QUESTÃO A CÓPIA DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, A FIM DE COMPROVAR A VERACIDADE E AUTENTICIDADE DO ATESTADO.

OBSERVE-SE QUE, TODOS OS 6 PRIMEIROS ITENS ACIMA ELENCADOS, FAZEM PARTE DO CONTEXTO DO ATESTADO APRESENTADO PELA RECORRIDA NO CERTAME EM APREÇO, CONTUDO DEIXOU A RECORRIDA DE INFORMAR O NÚMERO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, BEM COMO ANEXAR A CÓPIA DA MESMA.

VALE SALIENTAR QUE, JUSTAMENTE A INFORMAÇÃO MAIS IMPORTANTE, AQUELA CAPAZ DE DIRIMIR QUALQUER DÚVIDA ACERCA DA AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NO ATESTADO, A RECORRIDA DEIXOU DE COLOCAR NO ATESTADO.

DIANTE DE TAL OMISSÃO, A INDAGAÇÃO DO PORQUE DE A RECORRIDA TER DEIXADO DE ANEXAR A CÓPIA NA NF ELETRÔNICA, OU MESMO SEQUER TER INFORMADO O NÚMERO DA MESMA SE FAZ EXTREMAMENTE NECESSÁRIA.

EM FACE DA CONDUTA NO MÍNIMO OMISSA, E PORQUE NÃO DIZER DUVIDOSA DA EMPRESA, A RECORRENTE SOLICITOU JUNTO A VOSSA SENHORIA O DILIGENCIAMENTO NO SENTIDO DE QUE A EMPRESA IMPERIOGN COMÉRCIO JUNTASSE AO ATESTADO POR ELA APRESENTADO A CÓPIA DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA QUE O VALIDARIA JURIDICAMENTE.

E QUAL NÃO FOI A SURPRESA DA RECORRENTE AO CONSTATAR QUE NÃO SÓ A EMPRESA IMPERIOGN NÃO ANEXOU A NOTA FISCAL DENTRO DO PRAZO SOLICITADO POR VOSSA SENHORIA COMO TAMBÉM NUMA TENTATIVA INÚTIL DE COMPROVAR A VERACIDADE DO ATESTADO JUNTO UM INSTRUMENTO PARTICULAR DE FORNECIMENTO DE MATERIAL EM NOME DA EMPRESA QUE EMITIU O ATESTADO (A EUROPLAN), INSTRUMENTO PARTICULAR ESTE INCONTESTAVELMENTE DUVIDOSO, UMA VEZ QUE:

1 - Foi emitido em papel comum e não em papel timbrado da empresa Europlan Construtora (fornecedora do atestado sub judice);

2 - A assinatura do senhor Sérgio Rodrigues Amorim, responsável pela empresa Europlan apresentada no atestado está incontestavelmente diferente daquela apresentada no contrato de fornecimento de material, e nesse particular não precisa ser nem perito em grafologia para perceber a diferença grotesca e discrepante entre as duas assinaturas, com a "máxima vênia", Ilustre Pregoeiro, só não vê quem não quiser, pois basta compará-las.

3 - Ainda que os dois documentos estivessem assinados pela mesma pessoa, o que não é o caso, ambos não possuem validade jurídica, uma vez que não houve reconhecimento de firma em cartório dotado de fé pública para atestar a autenticidade da assinatura, tornando os dois documentos nulos, nem mesmo foi anexada uma cópia da cédula de identidade do emissor do atestado e do contrato para tentar de alguma forma dar credibilidade aos documentos ora questionados.

Ademais, juridicamente falando, é inaceitável que um atestado de capacidade técnica emitido por empresa privada que tenha a pretensão de comprovar fornecimento de produto da magnitude do objeto da licitação em apreço, seja apresentado conjuntamente com um mero instrumento particular de fornecimento de material que nas circunstâncias em que se apresenta não faz prova robusta de absolutamente nada e tampouco valida o atestado apresentado, uma vez que o documento em lei admitido, capaz de dar validade jurídica a um atestado de capacidade técnica emitido por empresa privada é a Nota Fiscal eletrônica, sendo tal praxe, ponto já pacificado e assentado no ordenamento jurídico pátrio.

Para fins de conhecimento jurídico é sabido por todos, pois a ninguém é dado alegar ignorância ou desconhecimento da lei, que a nota fiscal é um documento com validade jurídica que serve para registrar a circulação de mercadorias com fins comerciais ou para prestação de serviços (em outras palavras, se você vende, você gera NF eletrônica, se você gera NF eletrônica você comprova o fornecimento, ficando inclusive o atestado de capacidade técnica emitido por empresa privado, obsoleto em face da força probatória da Nota Fiscal eletrônica), já o inverso não apresenta o mesmo efeito, pois atestado de capacidade técnica emitido por empresa privada, desacompanhado de Nota Fiscal não tem validade jurídica.

A nota fiscal é tão imprescindível que o remetente precisa apresentá-la sempre que tiver a intenção de transportar produtos para transações comerciais.

A nota fiscal eletrônica tem validade em todos os Estados da Federação e já é como dito linhas atrás, uma realidade na legislação brasileira desde outubro de 2005, com a aprovação do Ajuste SINEF 07/05 que instituiu nacionalmente a Nota Fiscal eletrônica e o Documento auxiliar da Nota Fiscal eletrônica - DANFE.

Assim, a exigência de emissão de documento fiscal para amparar a circulação de mercadorias está prevista no CONVÊNIO S/Nº. de 15/12/1970, em seu artigo 6º. Que diz:

Art. 6º. Os contribuintes do imposto sobre produtos industrializados e/ou imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transportes interestadual intermunicipal e de comunicações, emitirão, conforme as operações que realizarem, os seguintes documentos fiscais:

I - NOTA FISCAL, MODELOS 1 OU 1 - A.

DITO ISTO, E COM O FITO DE TORNAR SIMPLES A COMPROVAÇÃO DA VERACIDADE DO ATESTADO DE

CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO PELA EMPRESA IMPERIOGN, A NASA REQUER, POR SER DO SEU INTERESSE E POR ESTAR AMPARADA PELA LEI E PELOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE NORTEIAM AS COMPRAS PÚBLICAS, COMO A LEGALIDADE, TRANSPARÊNCIA, ISONOMIA, VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, QUE A RECORRIDA APRESENTE A NOTA FISCAL ELETRÔNICA RELATIVA AOS PRODUTOS ELENCADOS NO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA POR ELA APRESENTADO, SOB PENA DE, COM A SUA OMISSÃO SEREM AQUELAS INFORMAÇÕES INTERPRETADAS COMO INVERÍDICAS, ASSIM COMO O ATESTADO SER CONSIDERADO COMO EIVADO DE VÍCIOS CAPAZES DE DECLARAR DE FORMA INCONTESTÁVEL A SUA NULIDADE, COM AS DEVIDAS CONSEQUÊNCIAS LEGAIS QUE A CONDUTA DA RECORRIDA REQUER E O EDITAL PREVÊ.

DIZ O EDITAL

24 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

- c) apresentar documentação falsa;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;

Além das declarações acima tecidas, vale salientar que o edital traz em seu contexto o seguinte:

27.6 O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

Neste diapasão, torna-se ainda mais imprescindível a apresentação da nota fiscal para dar validade ao atestado, uma vez que, caso os indícios de falta de veracidade/autenticidade se confirmem tanto no atestado quanto no contrato particular de fornecimento de produto apresentados pela recorrida, a CODEVASF deverá obrigatoriamente adotar as medidas legais cabíveis com todos os rigores da lei que o caso requer, a fim de não ser induzida a cometer erro grave contratando uma empresa que não atendeu às exigências do edital.

Cabe ainda salientar que o edital reza, no que tange ao patrimônio líquido da empresa o seguinte:

“quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o patrimônio líquido mínimo, referente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente”.

No caso em tela, necessário se faz verificar se o patrimônio líquido da empresa atende a essa exigência editalícia, pois no entendimento da recorrente, o patrimônio da recorrida não atende a sobredita exigência.

Ressalte-se também que a empresa NASA COMÉRCIO, diligenciou junto ao fabricante da marca IAREMA, apresentada pela empresa IMPERIOGN, a fim de saber se a marca atendia as especificações contidas no edital referente aos tanques-rede 3,00x3,00m com o mínimo de 27m³ e qual não foi a surpresa da recorrente ao ler a resposta do fabricante da marca IAREMA ao dizer que não fabrica essas dimensões, uma vez que as dimensões por ele fabricada vai até 16m³.

PARA ATESTAR A VERACIDADE DA ALEGAÇÃO ACIMA TECIDA, A RECORRENTE ANEXA AO PRESENTE RECURSO, CÓPIA DO E-MAIL ENCAMINHADO PARA O FABRICANTE DA MARCA IAREMA E A SUA RESPOSTA.

DO PEDIDO

Por tudo quanto dito e comprovado, em face de tantos indícios de irregularidades perpetradas pela empresa IMPERIOGN COMÉRCIO DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - ME e confiante na coerência, seriedade, profundo conhecimento e lisura com a qual Vossa Senhoria certamente analisa e respalda as suas decisões é que a NASA COMÉRCIO E SERVIÇO, vem, respeitosamente, ante a Vossa presença REQUERER:

1 - Que seu RECURSO seja recebido, apreciado e acolhido na sua integralidade

2 - Seja a empresa supracitada sumariamente investigada a miúdo por Vossa Senhoria, apresentando inclusive a NOTA FISCAL ELETRÔNICA, RELATIVA AO FORNECIMENTO DO MATERIAL ATESTADO NO DOCUMENTO FORNECIDO PELA EMPRESA EUROPLAN (ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA); a fim de comprovar a veracidade/autenticidade do atestado;

3 - Seja o contrato particular de fornecimento de material apresentado pela recorrida considerado sem efeito jurídico, para validar o atestado de capacidade técnica em face das irregularidades apontadas linhas atrás no competente recurso e que merecem um olhar mais criterioso por parte de Vossa Senhoria, uma vez que as irregularidades encontradas são consideradas como de natureza gravíssimas;

4 - Seja finalmente a empresa recorrida DESCLASSIFICADA, caso as irregularidades ora apontadas como fortes indícios se consumem quando da análise das alegações tecidas no presente recurso.

Contudo, se porventura este não for o entendimento de Vossa Senhoria, que faça então o presente recurso subir a instância superior para análise e decisão final como recomenda o próprio Edital.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Salvador, 08 de dezembro de 2020

MARICÉLIA DE JESUS SILVA
SÓCIA ADMINISTRADORA

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – SECRETARIA DE LICITAÇÕES – PR/SL - CODEVASF

PREGÃO ELETRONICO 22/2020 – ITENS 34 E 35
PROCESSO: 59500.1208/2020-18

IMPÉRIOGN COMÉRCIO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 30.525.704/0001-04, com sede na Av. T-1, nº 398, Sala 06 – Setor Bueno, Goiânia, Goiás, por meio de seu representante legal in fine assinado, na forma do disposto na Lei nº 10.520/02, Pelo Decreto nº 5.450/05, bem como na lei 8.666/92, requerer que V. S^a se designe receber e processar a presente CONTRARRAZÃO, tempestivo, movido em face do RECURSO ADMINISTRATIVO movido pela empresa NASA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI. recebido em 09/12/2020 através do portal comprasgovernamentais.gov.br, referente à licitação supracitada.

I – PRELIMINARES

Tendo tomado ciência da notificação em 09/12/2020 através do portal comprasgovernamentais.gov.br il, começou a fluir no dia 09/12/2020 o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação da contrarrazão encerrando-se em 14/12/2020.

Portanto, é tempestiva a defesa e merece ser conhecida.

II – DOS FATOS

A empresa IMPÉRIOGN, sagrou-se vencedora dos itens 34 e 35 no certame do pregão 22/2020, após ter sido declarada vencedora, a empresa NASA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, inconformada com o resultado, protocolou recurso para que a qualquer custo se torne vencedora desde, sendo necessário à ela, desclassificar a empresa IMPÉRIOGN.

III – DO DIREITO

A empresa IMPÉRIOGN no decorrer do certame, atendeu à todas as solicitações editalícias, quanto às diligências realizadas pelo nobre Pregoeiro, no qual, solicitou que a empresa encaminhasse as certidões atualizadas, no qual fora atendido de imediato, bem como atualização das mesmas no sistema SICAF, como também solicitou em caráter diligencial, conforme pode ser visto no chat, documento que comprove o atestado encaminhado, podendo ser tanto por intermédio de nota fiscal, quanto através de contrato, a empresa IMPÉRIOGN atendeu a diligência realizada, satisfazendo todos os requisitos editalícios, quanto diligenciais.

A empresa IMPÉRIOGN, ao ingressar no certame, fez declaração de atender e honrar os compromissos contratuais e editalícios, tendo plena capacidade de honra-los, conforme fora comprovado documentalmente, sob pena de sanções caso não venha a cumpri-los. Sendo assim, é nosso dever atender à administração de forma satisfatória, podendo a empresa RECORRENTE exercer o seu direito de fiscalização dos atos praticados no decorrer do processo.

IV – CONCLUSÃO

É evidente e salta à vista que a proposta de preços da IMPÉRIOGN é a mais vantajosa para os cofres públicos, uma vez que além de apresentar solução que atende integralmente às disposições do edital, é firme, séria e demonstra absoluta capacidade para o cumprimento do objeto licitado, assim como oferece meios para adimplir os encargos previstos na minuta de contrato anexo do edital, o valor ofertado é compatível com o de mercado e condiz a UM MENOR PREÇO, por esta razão não há que se falar em desclassificação, mesmo porque devem ser desclassificadas somente aquelas que se apresentem lesiva à Administração.

Nas lições, sempre atuais, do Mestre Hely Lopes Meirelles:

“ Melhor que se aprecie uma proposta sofrível na apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por um rigorismo formal e inconstitucional com o caráter competitivo da licitação” (cf. Licitação e Contrato Administrativo, 11ª ed., Malheiros, 1997, p. 124).”

Ademais, a aceitação e homologação de proposta de preços, independentemente do tipo e modalidade de licitação reflete, na prática, a obrigatoriedade de cumprimento in totum das cláusulas e condições impostas no edital e seus anexos, sob pena de incorrer o licitante nas penalidades previstas no instrumento convocatório.

Diante disso, constata-se de plano o total desconhecimento da NASA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI acerca das regras que devem nortear um procedimento licitatório, em especial a observância dos princípios básicos da licitação estatuídos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, verbis:

“(…)

‘ Art.3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita observância com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade. Da proibidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

V – DO PEDIDO

Diante do exposto, e considerando que os argumentos da RECORRENTE são inconsistentes e insuficientes para motivar a reforma da decisão recorrida, a IMPÉRIO invocando os doutos suplementos do ilustre pregoeiro, REQUER:

A) Que sejam desconsiderados os argumentos da NASA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, mantida a decisão que elegeu vencedora do certame a proposta apresenta pelo IMPÉRIOGN COMÉRCIO DE

MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI.

B) Caso esta Douta Administração não entenda desse modo, a Recorrente requer que se faça subir o recurso, devidamente informados, para a autoridade competente, para os fins de direito.

Confia a ImpérioGn Comércio de Maquinas e Equipamentos e Serviços EIRELI – ME no senso de justiça dessa Nobre Administração, na capacitação técnica da equipe que a assessora, para o restabelecimento da verdade dos fatos.

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento
Goiânia, 14 de dezembro de 2020

ImpérioGn Comércio de Máq. Equip. e Serv. Eireli
ANA LUIZA CASSIANO BATISTA
Representante Legal

Fechar

Goiânia, 05 de Outubro de 2020.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para devidos fins que a empresa IMPÉRIOGN COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E SERVICOS EIRELI - ME, inscrita com o CNPJ: 30.524.715/0001-04, situada na Av. T-1, Nº 398, SI 06 , Setor Bueno – Goiânia/GO – CEP 74.210-045, forneceu para a empresa, S3 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME, os produtos descritos a seguir:

- 35 Unidade de Tanques Redes 3x3x2m Marca Grupo RHV .

Obs: tais produtos foram entregues no prazo de 75 dias corridos

Atestamos ainda, que tais produtos foram entregues satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

15.199.464/0001-46
EUROPLAN CONSTRUTORA COMÉRCIO E
EQUIPAMENTOS EIRELI - ME
AV. PERIMETRAL Nº 3530 QD.48 LT.272
SETOR COIMBRA
CEP 74.530-020
FONE: (062) 3996-1155
GOIÂNIA - GO



Europlan Construtora Com. e Equip. EIRELI – ME
Sandro Rodrigues Amorim
Representante Legal
700.641.111-48

CNPJ: 15.199.464/0001-46

Avenida Perimetral, Nº 3.530 – Qd. 48, Lt 272 – Setor Coimbra – CEP: 74.530-020 – Goiânia - GO

Goiânia, 05 de Outubro de 2020.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para devidos fins que a empresa IMPÉRIOGN COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E SERVICOS EIRELI - ME, inscrita com o CNPJ: 30.524.715/0001-04, situada na Av. T-1, Nº 398, SI 06 , Setor Bueno – Goiânia/GO – CEP 74.210-045, forneceu para a empresa, S3 COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME, os produtos descritos a seguir:

- 35 Rolo de Telas Alambrado 3” fio 16 Fabricante Alambrados TOP.
- 80 Tanques Redes 2x2x1,50 RHV Revestido
- 15 Berçários 1.80x1.80 x 1.20 PVC
- 500 Boias 33 litros

Obs: tais produtos foram entregues no prazo de 25 dias corridos

Atestamos ainda, que tais produtos foram entregues satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

15.199.464/0001-46
EUROPLAN CONSTRUTORA COMÉRCIO E
EQUIPAMENTOS EIRELI - ME
AV. PERIMETRAL Nº 3530 QD.48 LT.272
SETOR COIMBRA
CEP 74.530-020
FONE: (062) 3996-1155
GOIÂNIA - GO



Europlan Construtora Com. e Equip. EIRELI – ME

Sandro Rodrigues Amorim

Representante Legal

700.641.111-48

CNPJ: 15.199.464/0001-46

Avenida Perimetral, Nº 3.530 – Qd. 48, Lt 272 – Setor Coimbra – CEP: 74.530-020 – Goiânia - GO

CONTRATO PARTICULAR DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Entrega com pagamento de sinal para fornecimento

Pelo presente instrumento de Contrato Particular de Fornecimento de materiais entre:

VENDEDOR: IMPÉRIOGN COMERCIO DE MAQUINAS EQUIPAMENTOS E SERVICOS EIRELI - ME com sede AV T-1, 398, SALA 06, QD 26 LT 10 - SETOR BUENO - CEP: 74.210-045 - GOIANIA/GO, inscrita no C.N.P.J sob o nº 37.912.700/0001-62, neste ato representado pelo seu Representante Legal ANA LUIZA CASSIANO BATISTA, brasileira, solteira, empresária, Carteira de Identidade nº 6913516 SSP/GO, C.P.F. nº: 709.381.631.-24, e

COMPRADOR: EUROPLAN CONSTRUTORA COMERCIO E EQUIPAMENTOS EIRELI com sede na AV PERIMETRAL, N 3526, QUADRA 48 LOTE 272 CASA 03, SETOR COIMBRA, GOIANIA, GO - CEP 74.530-020, inscrita no C.N.P.J sob o nº 15.199.464/0001-46, neste ato representado pelo seu Representante Legal SANDRO RODRIGUES AMORIM, brasileiro, solteiro, empresário, Carteira de Identidade nº 5530557 SSP/GO, C.P.F. nº: 700.641.111-48, e

Têm entre si como justo e contratado o presente Contrato Particular de Fornecimento de materiais, que se obrigam a cumprir e respeitar, por si, seus herdeiros ou sucessores a qualquer título, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1º. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de:

- 35 Rolo de Telas Alambrado 3" fio 16 Fabricante Alambrados TOP.
- 80 Tanques Redes 2x2x1,50 RHV Revestido
- 15 Berçários 1.80x1.80 x 1.20 PVC
- 500 Boias 33 litros.

Cláusula 2º. O valor total dos materiais a serem fornecidos pelo VENDEDOR será de R\$ R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil) pago da seguinte forma: R\$ 150.000,00 no ato do contrato; R\$ 150.000,00 no ato da entrega dos materiais; e R\$ 150.000,00 30 dias corridos após a entrega do material.

Cláusula 3º. Todos materiais deverão ser entregues na cidade GOIÂNIA-GOÍAS em endereço indicado pelo COMPRADOR, ficando o COMPRADOR isento de qualquer responsabilidade ou ônus de transporte e descarga dos materiais, que caberão ao VENDEDOR.

Cláusula 4º. Todo o material fornecido deverá submeter-se ao controle de qualidade exigido pelo COMPRADOR, segundo o estabelecido pelo Sistema de Qualidade da mesma, cujas disposições ficam fazendo parte integrante deste. Qualquer material que não preencha tais exigências deverá ser substituído pelo VENDEDOR, a quem

CLOTILDE SOUZA FRAUSINO PEREIRA | Tabeliã

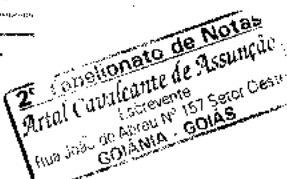
Rua João de Abreu, 157 - Setor Oeste - Goiânia - GO - Fone: (62) 3215-8998

01332011044287109490376 - <http://extrajudicial.tgo.jus.br/eio>

CONFERE COM O ORIGINAL, DOU FE. 1352889*0024*

Goiânia, 10 de novembro de 2020.

Artal Cavalcante de Assunção - Escrevente



competirá refazer todos os serviços necessários para essa substituição, sem qualquer ônus para ao COMPRADOR.

Cláusula 5º. A parte que descumprir qualquer das cláusulas ora estipuladas arcará com o pagamento de multa de 10% sobre o valor do contrato.

Cláusula 6º. O prazo contratual se dará até o termino de pagamento e entrega dos produtos.

Cláusula 7º. Fica eleito o Foro da Comarca de GOIÂNIA-GOIÁS para dirimir eventuais litígios oriundos do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2(duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas adiante nomeadas.

Goiânia-GO, 28 de agosto de 2020

CONTRATANTE:

Sandro Rodrigues Amorim

CONTRATADA:

Ama Luiza Cassiano Batista

CLOTILDE SOUZA FRAUSINO PEREIRA | Tabeliã
Rua João de Abreu, 157 - Setor Oeste - Goiânia - GO - Fone: (62) 3215-8998
-01332011044267109490377 - <http://extrajudicial.jgo.jus.br/seio>
CONFERE COM O ORIGINAL, DOU.FE. *35266E *0024*
Goiânia, 10 de novembro de 2020.
Artal Cavalcante de Assunção - Escrivente

2º Tabelião
Artal Cavalcante de Assunção
Escrivente
Rua João de Abreu Nº 157 Setor Oeste
GOIÂNIA - GOIÁS



Verificar Selo



01332011044267109490377

Buscar

Resultado da Busca: 01332011044267109490377

Cartorio que praticou o ato	3955 - 2º Tabelionato de Notas Tabelionato e Oficialato de Registro de Contratos Marítimos (/serventias/133)
Cidade:	Goiânia
Comarca:	Goiânia
Pessoa a que se refere o ato:	ADM COMERCIO DE IMPLANTES LTDA
Código Ato:	01332011044267109490377
Nome do serventuário que praticou o ato:	Artal Cavalcante de Assunção
Data Utilização:	10/11/2020

Composição do Ato

Tipo de Ato Realizado	Emolumento	Taxa Judiciário	Fundos Estaduais	Código do Ato
949 - 71 I - Autenticação de cópias e fotocópias por página, ainda que reproduzindo mais de um documento	R\$ 3,42	R\$ 0,00	R\$ 1,37	01332011044267109490377

FIQUE ATENTO!

A CONSULTA DO SELO ELETRÔNICO É DIREITO DO USUÁRIO, ALÉM DA GARANTIA DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS.

SEMPRE CONFRONTE AS INFORMAÇÕES DA CONSULTA COM OS DADOS DO DOCUMENTO FÍSICO.

A DISCORDÂNCIA DE INFORMAÇÕES PODE REPRESENTAR TENTATIVA DE FALSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO.



